F.Ó.R.U.M

REVISTA DA **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS** DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO

NÚMERO **59** | ANO **20** | JAN + FEV + MARÇO | **2020**

Magistrado estará à frente da Associação no biênio 2020-2021

Juiz Felipe Gonçalves assume a presidência da AMAERJ

JUIZ DAS GARANTIAS
STF cancela medida após ação associativa
p.**18**

JUSTIÇA ELEITORAL
Cláudio Brandão fala sobre os planos à frente do TRE-RJ
p.**26**

POESIA
Surgem inéditos de João Cabral de Melo Neto
p.**32**

AMAERJ

COLEGAS,

Primeiramente, gostaria de agradecer a confiança depositada em mim para exercer esta tão importante função. Representar a Magistratura do Rio de Janeiro, a mais produtiva do país, é uma grande responsabilidade e também um enorme orgulho. Nos próximos dois anos, o nosso compromisso é trabalhar pela valorização e união de todos, com defesa intransigente dos magistrados.

Já nos primeiros dias de 2020, atuamos firmemente pela defesa das prerrogativas dos magistrados em pautas estaduais e, também, nacionais, como o trabalho contra a figura do juiz das garantias. Junto ao juiz Ricardo Alberto Pereira, me reuni com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. No encontro, pudemos explicar as inconstitucionalidades e os impactos da medida, que acabou suspensa pelo ministro dois dias depois. No Rio, atuamos em questões como Previdência, sistema DCP (Distribuição e Controle de Processos), 13º salário e plantão de custódia.

Em fevereiro, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro atendeu a requerimento da AMAERJ para estender a gratificação por exercício em Turma Recursal. A partir de agora, são contemplados juízes de primeiro grau que atuam em Turmas Recursais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública e juízes coordenadores. Sem sombra de dúvidas, uma importante conquista.

Este é somente o início. Lutaremos por nossas prerrogativas, a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos. Trabalharemos pelo voto direto no Tribunal, em defesa da Lei dos Fatos Funcionais, pela movimentação objetiva dos magistrados e pela recuperação inflacionária do subsídio.

A união dos colegas e o engajamento no movimento associativo estão constatados na ativação de 11 Seções Regionais da AMAERJ. Na capital e no interior, vamos cada vez mais fomentar esta união, debater as nossas pautas e chegar a soluções conjuntas para atender a toda a Magistratura.

Uma de nossas primeiras ações foi criar o 1º Encontro Estadual dos Aposentados, a fim de estimular o congraçamento dos colegas que tanto fizeram pelo Judiciário fluminense. O já tradicional Encontro Estadual de Magistrados terá sua 5ª edição promovida em julho para reunir os colegas de diversas regiões do Rio.

O momento do Judiciário não é fácil, tampouco a nossa missão. Por isso, precisamos estar juntos para superar os obstáculos.

Colegas, o nosso diálogo será sempre aberto e direto. Vamos pensar, trabalhar e agir juntos. Participem efetivamente do movimento associativo. Fiquem à vontade para falar comigo pessoalmente ou por mensagens eletrônicas. Estou à disposição. Que a nossa união faça a diferença!

Felipe Carvalho Gonçalves da Silva
PRESIDENTE DA AMAERJ

FOTO: MATHEUS SALOMÃO

Caro leitor,

A AMAERJ já tem novo presidente. Em 7 de fevereiro, o magistrado Felipe Carvalho Gonçalves da Silva, da 2ª Vara Criminal de Belford Roxo, foi empossado na presidência da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro no biênio 2020-2021.

Na solenidade de posse, Felipe Gonçalves, magistrado há 14 anos, deixou claro qual será a base de sua atuação à frente da Associação: a defesa intransigente do Poder Judiciário e da Magistratura, seja no Estado do Rio de Janeiro, seja em todo o território nacional.

Troca de comando: Felipe Gonçalves sucede Renata Gil na presidência da Associação

No discurso, o novo presidente fez um alerta aos que, incomodados com a ação dos magistrados brasileiros contra a corrupção e as ilegalidades, atuam, de modo vil e maquiavélico, para fragilizar e fragmentar a Justiça: "Resistir é preciso às intenções, que sempre fracassarão, de aplicar torniquetes à ação dos magistrados brasileiros".

Nesta edição de **FÓRUM**, trazemos entrevista elucidativa sobre como agirá o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) neste ano de eleição. O entrevistado, por este editor e pela jornalista Evelyn Soares, é o desembargador Cláudio Brandão, presidente do Tribunal desde o final do ano passado. Ele discorre sobre as providências que vêm sendo tomadas para que o pleito aconteça sob o manto da lisura absoluta.

Teremos este ano a realização da nona edição dos Jogos Nacionais da Magistratura, em Aracaju. As disputas reunirão em maio cerca de 700 magistrados-esportistas, conforme nos conta o jornalista Matheus Salomão em texto publicado nesta **FÓRUM**.

Já o repórter Diego Carvalho relata o sucesso do movimento associativo na suspensão da figura do juiz das garantias. Ainda na condição de presidente eleito da AMAERJ, Felipe Gonçalves esteve em Brasília, onde expôs ao ministro Luiz Fux, relator da matéria no Supremo Tribunal Federal, alguns dos argumentos que preponderaram na decisão pró-cancelamento da entrada em vigor de medida tanto inconstitucional quanto inoportuna neste momento do país.

Em Cariocando, tradicional espaço dedicado pela **FÓRUM** a temas culturais, turísticos, esportivos e literários, saudamos a descoberta de textos inéditos do grande poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto, que completaria cem anos de vida neste 2020. Também mostramos ao leitor um pouco das atrações do interior da Bélgica, especialmente os ambientes de canais das cidades de Bruges e Ghent, joias urbanas medievais inteiramente preservadas.

Esperamos que você, caro leitor, aprecie esta nova edição da revista da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. ■

SERGIO TORRES, editor

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Felipe Carvalho Gonçalves da Silva
1ª VICE-PRESIDENTE
Teresa de Andrade Castro Neves
2º VICE-PRESIDENTE
Antônio Aurélio Abi
Ramia Duarte
SECRETÁRIO-GERAL
Richard Robert Fairclough
1ª SECRETÁRIA
Marcia Alves Succi
2ª SECRETÁRIO
Camilla Prado
1º TESOUREIRO
João Felipe Nunes
Ferreira Mourão
2º TESOUREIRO
Felipe Pinelli Pedalino Costa

FÓRUM AMAERJ

EDITOR
Sergio Torres
REDAÇÃO
Diego Carvalho, Evelyn Soares, Matheus Salomão e Sergio Torres
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Andréa Miranda
DESIGN
Wallace Ferreira
CONTATO
revista@amaerj.org.br
IMPRESSÃO
Gráfica Mec
TIRAGEM
2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ
Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil |
CEP 20010-090
Tel.: (21) 3133-2315

FOTO DA CAPA: FABIO MOTTA
FOTO: MATHEUS SALOMÃO

Felipe Carvalho Gonçalaves da Silva, presidente empossado da AMAERJ

10

3 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

4 **CARTA DO EDITOR**

6 **PALAVRAS AO VENTO**

8 **IMAGEM DA FÓRUM**

10 **DEFESA INTRANSIGENTE DOS MAGISTRADOS**
Em posse, novo presidente da AMAERJ destaca como prioridade a preservação das prerrogativas da magistratura

16 **AMAERJ EM MOVIMENTO**

18 **JUIZ DAS GARANTIAS É SUSPENSO APÓS TRABALHO ASSOCIATIVO**

21 **ARTIGO**
por **ELTON LEME**

22 **MAGISTRADOS CONHECEM O SISTEMA JURÍDICO NORTE-AMERICANO**

24

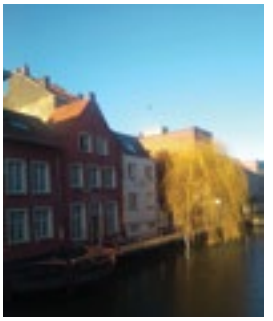
ENCONTROS COM LÍDERES ANTES DA POSSE

26 **ENTREVISTA**
Presidente do TRE-RJ, Cláudio Brandão

31 **CARIOCANDO**

32 » Cultura
Inéditos de João Cabral no centenário

34 » Turismo
Bruges e Ghent, os canais da Bélgica



36 » Esporte
Momento de união em uma profissão solitária

38 » Estante
Mais cinco novos títulos para a sua biblioteca jurídica

FOTOS: FABIO MOTTA/EVELYN SOARES/DIEGO CARVALHO/SERGIO TORRES

“A construção de uma sociedade fraterna não significa uma sociedade conivente com impunidade, com o descumprimento da ordem jurídica.”

Reynaldo Soares da Fonseca,
ministro do STJ, em entrevista ao ConJur

“A BOA POLÍTICA É O CAMINHO PARA FORTALECER A DEMOCRACIA.”

Peterson Barroso Simão,
desembargador do TJ-RJ,
na posse como membro substituto
do Colegiado do TRE-RJ

“Ao iniciar este novo ano, consciente da responsabilidade e dos desafios que nos aguardam, reitero a confiança no compromisso profissional e na qualidade de trabalho de cada integrante da Justiça Eleitoral. Desejo que possamos caminhar com serenidade e competência para cumprir os objetivos traçados e bem servir à nação brasileira.”

Rosa Weber, presidente do TSE, na
abertura do Ano Judiciário de 2020

“O mais importante é tentar e inspirar as pessoas para que elas sejam melhores no que desejam.”

Kobe Bryant, jogador de basquete (1978-2020)

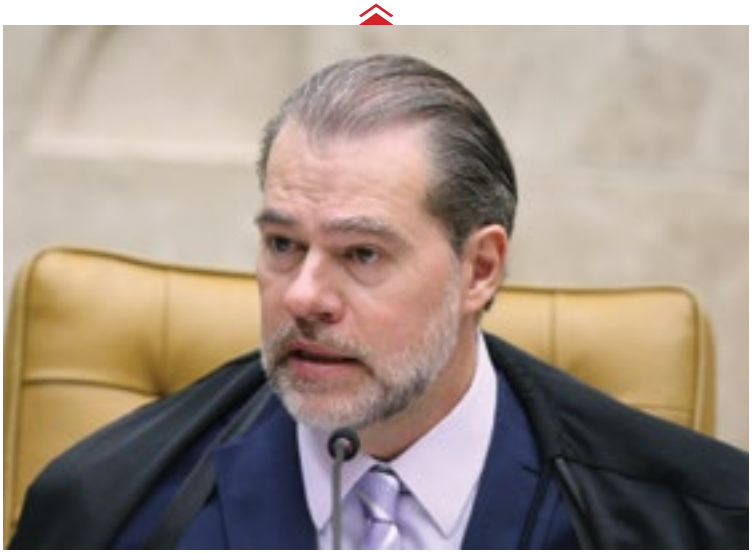
“Essa peripécia legislativa nos trará graves problemas até pelo despreparo e vícios dos atores jurídicos.”

Alexandre Abrahão,
juiz do TJ-RJ e diretor do Departamento de Segurança do Magistrado da AMAERJ, em artigo sobre a figura do juiz das garantias

“Quando temos amor e compaixão como princípios, podemos criar sistemas de mudanças que sejam benéficas para todos.”

Joaquin Phoenix, ao receber o prêmio de melhor ator no Oscar 2020

“Gerar confiança, previsibilidade e segurança jurídica: esse é o objetivo primordial do Poder Judiciário na atual quadra da história do país.”



Dias Toffoli, presidente do STF, em discurso na Abertura do Ano Judiciário

“A criação do juiz das garantias não apenas reforma, mas refunda o processo penal brasileiro e altera direta e estruturalmente o funcionamento de qualquer unidade judiciária criminal do país.”

Ministro Luiz Fux, vice-presidente do STF, em liminar de suspensão da implementação do juiz das garantias

FOTOS: CHARLES WENZELBERG/NEW YORK POST, NELSON JR/SCO/STF E ROSINEI COUTINHO-SCO/STF

IMAGEM DA FÓRUM

Os novos diretores da AMAERJ reunidos após a posse realizada no Tribunal de Justiça

FOTO: MATHEUS SALOMÃO

Defesa intransigen

Em posse, novo presidente da AMAERJ destaca como prioridade a preservação das prerrogativas da magistratura

por **DIEGO CARVALHO**

Em cerimônia prestigiada no Órgão Especial do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), o juiz Felipe Gonçalves assumiu, em 7 de fevereiro, a presidência da AMAERJ no biênio 2020-2021. Ao discursar, ele disse que "não interessa ao Brasil e à sociedade a fragmentação interna do Poder Judiciário".

"Esta é e será uma luta incessante. Resistir é preciso às intenções, que sempre fracassarão, de aplicar torniquetes à ação dos magistrados brasileiros. A atenção à defesa intransigente das prerrogativas da magistratura é prioritária. Assim será aqui, no Estado do Rio de Janeiro, e em todos os locais do país em que houver vestígios de ações nebulosas contra a independência da Justiça, pois a AMB [Associação dos Magistrados Brasileiros] e as associações locais estão irmanadas neste propósito", afirmou Felipe Gonçalves, magistrado há 14 anos.

O novo presidente citou projetos que buscam enfraquecer a magistratura, como a Lei do Abuso de Autoridade, o juiz das garantias e a PEC que acaba com a vitaliciedade.

"O trabalho independente da magistratura brasileira é questionado quando bate à porta dos poderosos. Incomoda muito. As represálias vêm daí. Não vamos desgarrar das armas que temos: vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos. Nós somos agentes políticos e temos por dever honrar a Constituição Federal, à qual juramos fidelidade quando do nosso ingresso na magistratura. Somente com esse escudo, nossas garantias funcionais, podemos promover o bem-estar comum."

> "O TRABALHO INDEPENDENTE DA MAGISTRATURA BRASILEIRA É QUESTIONADO QUANDO BATE À PORTA DOS PODEROSOS."
> **FELIPE GONÇALVES**

A solenidade de posse dos novos diretores e conselheiros da AMAERJ reuniu 300 pessoas. Compuseram a mesa da cerimônia o presidente do TJ-RJ, Claudio de Mello Tavares; o governador do Estado do Rio, Wilson Witzel; os ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Marco Aurélio Bellizze e Antonio Saldanha; o defensor público-geral do Estado do Rio, Rodrigo Baptista Pacheco; o presidente

te dos magistrados

Felipe Gonçalves lê o Termo de Posse

FOTO: FABIO MOTTA

A posse aconteceu no Órgão Especial do TJ

Autoridades compusaram a mesa condutora da cerimônia

da OAB-RJ, Luciano Bandeira; o subprocurador-geral de Justiça, Ricardo Ribeiro Martins; a presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Renata Gil; e o juiz Ricardo Alberto Pereira, que ocupava até então a presidência interina da AMAERJ.

Ex-presidente da AMAERJ (2016-2019), Renata Gil, a quem Felipe Gonçalves sucede, disse não ter dúvidas de que a nova gestão será coberta de êxito. "Hoje é dia de chegadas e partidas, de transição. Partida do grupo 'AMAERJ em Movimento' e chegada do grupo '+Unidos+Fortes'. Ao longo dos últimos quatro anos, tive a enorme satisfação e o privilégio de representar a magistratura do meu Estado. Conseguimos vitórias importantíssimas para a classe. Agora represento toda a magistratura nacional, uma honra sem par. A você, Felipe Gonçalves, incansável colega de associativismo e magistrado de talento raro, estendo o meu agradecimento. Destaco na sua pessoa a extrema sensibilidade, o espírito agregador, a sensatez, o equilíbrio, a competência. Contem comigo, estaremos sempre juntos."

O governador Witzel desejou boa sorte à diretoria. "Felipe, a posição que você agora ocupa, eu tive a honra de ocupar na Ajuferjes [Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo]. Não é uma missão fácil representar uma classe de extrema importância para a democracia e o nosso país, que é a magistratura."

O presidente do TJ-RJ destacou que a trajetória acadêmica de Felipe Gonçalves trará benefícios ao Judiciário fluminense. "Hoje é um marco importante para toda a magistratura. Já em 2020, Felipe tem se mostrado incansável na defesa dos interesses da classe, garantindo sua devida participação nos novos capítulos democráticos. Que Deus abençoe o ciclo vindouro, que

O presidente do TJ-RJ, Claudio de Mello Tavares, e o novo presidente da AMAERJ

representará uma árdua caminhada, repleta de desafios à altura dos brilhantes colegas", disse Tavares.

A posse repercutiu na mídia, com reportagens em telejornais da RecordTV e nos sites "O Globo", "Estadão", "G1" e "Terra". Antes da cerimônia, foram publicadas notas sobre a posse na Coluna do Ancelmo, do jornal "O Globo", e no site ConJur (Consultor Jurídico).

Felipe Gonçalves é juiz titular da 2ª Vara Criminal de Belford Roxo (cidade na Baixada Fluminense). Pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), graduou-se em Direito e tornou-se mestre em Direito Processual, cadeira em que, atualmente, cursa o doutorado. Antes de ingressar na magistratura, Felipe Gonçalves foi defensor público do Estado do Rio, de 2002 a 2006. Na AMAERJ, integrou o Conselho Deliberativo nos biênios 2012-2013 e 2016-2017 e exerceu a função de 2º secretário na gestão 2018-2019. ■

TRECHOS DO DISCURSO DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE

PALAVRA

"Nas gestões passadas, o grupo 'Magistratura em Movimento', liderado pela juíza Renata Gil, minha dileta amiga, atingiu o objetivo perseguido de colocar a AMAERJ na condição de protagonista no cenário nacional, enquanto entidade voltada à defesa das garantias funcionais da magistratura. Agora este grupo se renovou e recebeu o nome '+Unidos+Fortes'. E, hoje, trago para empenhar um patrimônio de família, a minha palavra, para a renovação deste compromisso. Farei de tudo para extrair o máximo das minhas virtudes, a fim de dar consecução à obrigação de agir em prol dos associados, sem perder de mira que os nossos interesses devem se aliar aos de toda sociedade, a quem servimos por missão constitucional. Não contamos com a sorte na direção da nossa AMAERJ. Confiamos na nossa capacidade de produzir resultados."

MODERNIZAÇÃO DO ESTATUTO

"No âmbito estadual, é chegada a hora de promovermos alterações no Estatuto da AMAERJ. A realidade se altera de forma cada vez mais acelerada e exige que as instituições, ainda mais as representativas de categorias profissionais, estejam antenadas com a modernização da sociedade ao redor. A ideia é adaptarmos o Estatuto da AMAERJ aos novos tempos. Esta será a nossa meta: um Estatuto atual; arejado, mas incontestável, elaborado com acuidade."

DEFESA DOS MAGISTRADOS

"Graças ao movimento associativo, não só no Estado do Rio, mas em todo o Brasil, temos hoje uma magistratura respeitada, unida. Garanto-lhes que nosso papel primordial de defesa e representação dos magistrados será irrenunciável em nossa gestão. Não abriremos mão de defender os magistrados de todo e qualquer injusto ataque, de modo que possam desempenhar as suas funções com a tranquilidade necessária. Não iremos tolerar qualquer represália em razão do

FOTOS: FABIO MOTTA

Felipe Gonçalves fala aos jornalistas

desempenho das nossas funções. A imparcialidade judicial depende de um ambiente de tranquilidade, livre de pressões internas e externas. Seremos os primeiros a estar ao lado dos colegas atingidos por qualquer ato de ofensa à independência funcional da magistratura. ”

RECOMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

“Nunca neste país foi respeitada a constitucional recuperação inflacionária do subsídio à classe dos magistrados. Urge que as perdas decorrentes da inflação sejam repostas aos vencimentos. Que fique bem claro: não pretendemos aumento. Reclamamos a recomposição do valor monetário, direito timbrado no artigo 37, inciso X (dez), da Constituição. Quando projetamos o valor histórico do subsídio, desde quando foi implementado pela Lei 11.343 de 26 de julho de 2005, verificamos uma perda de 15,3% pelo IPCA-IBGE; 19,4% pelo IPGM-FGV; 27% pelo INCC – DI – FGV; 36,4% pela cesta básica – São Paulo. O Estado não pode se locupletar do nosso trabalho sem que nos remunere de maneira condigna. Esta será mais uma luta árdua a que nos dedicaremos, somando força com a AMB e a FRENTAS. ”

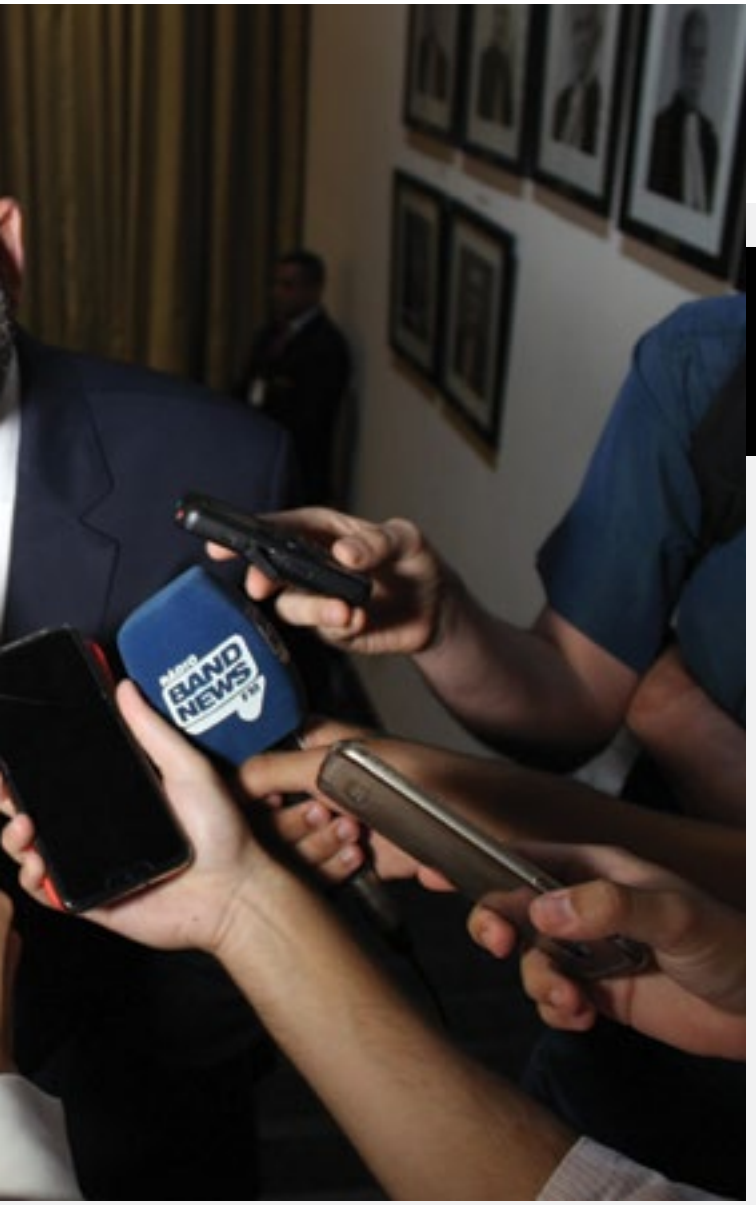
LEI DOS FATOS FUNCIONAIS

“De suma importância para a classe, a Lei condensa diversos direitos dos magistrados do Rio. A Lei é constitucional e fundamental ao funcionamento do Judiciário Estadual. O sucesso dos trabalhos desenvolvidos pelos magistrados fluminenses é reconhecido por toda a sociedade. Pelo décimo ano consecutivo os juízes e desembargadores do Estado foram considerados os mais produtivos do país pelo Conselho Nacional de Justiça. Merecemos a lei que o Estado elaborou para regulamentar os direitos dos seus magistrados. ”

VOTO DIRETO

“Os juízes do Estado do Rio de Janeiro têm um anseio antigo, que é o voto direto nos integrantes dos altos cargos da Admi-

Felipe com Claudio Tavares e os ministros Bellizze e Saldanha, do STJ



nistração do Tribunal de Justiça. A pretensão de democratizar a escolha dos dirigentes do Poder Judiciário não será arrefecida em nossa gestão. A democracia se consolida a partir do nosso meio, do nosso chão. Daí ela se espalha, com bases sólidas, argumentos inteligentes, ações motivadas por causas nobres. A AMAERJ é defensora do voto direto para a presidência do Tribunal. E trabalhará com afinco para transformar esta meta em realidade. Nós queremos que todos os magistrados participem dessa escolha para que haja união e divisão de responsabilidades, tornando a legitimidade dos gestores ainda mais sólida. ”

MOVIMENTAÇÃO OBJETIVA

“A movimentação objetiva dos magistrados regionais e substitutos é mais um anseio da classe e de sua associação. Defendemos na campanha e defenderemos agora o direito de os juízes serem designados para novas unidades com base no critério objetivo, que é o da antiguidade. Não queremos excluir o papel das Diretorias do Tribunal, mas, ao contrário, facilitar seu trabalho, de modo que os juízes possam auxiliar a gestão de magistrados indicando locais e competências das quais há interesse na designação. ”

LEMA E HOMENAGEM

“Magistratura forte, unida, Judiciário independente, Estado Democrático de Direito. Posso considerar este o lema de minha gestão, o meu ideal e o ideal dos companheiros que comigo compartilharão o comando de nossa Associação, entidade essa que completará em 2021 três décadas de existência, desde a fusão da Associação dos Magistrados Fluminenses com a Associação dos Magistrados do Estado da Guanabara. Essas valorosas instituições, surgidas nos anos 50 do século passado, se uniram para formar a nossa AMAERJ. Para celebrar seus 30 anos, a AMAERJ promoverá em 2021 a entrega pioneira da Medalha de Agradecimento da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. A recém-criada comenda homenageará, anualmente, personagens que se destacaram no movimento associativo da magistratura nestas três décadas. ”

Renata Gil, Claudio Tavares, Felipe e o governador Witzel

FOTOS: MATHEUS SALOMÃO

ATUAÇÃO FIRME EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS

AMAERJ trabalha por isonomia com o Executivo e pela solução de problema em sistema do TJ

por **DIEGO CARVALHO**

ANTECIPAÇÃO DO 13º

O governo do Estado do Rio de Janeiro regulamentou, em 27 de janeiro, o pagamento da antecipação de 50% do 13º salário dos servidores públicos ativos, inativos e militares. Para atender ao princípio da isonomia entre os servidores dos Poderes, a AMAERJ pleiteou ao TJ-RJ a regulamentação também no Judiciário para magistrados e servidores do tribunal. Os servidores do Executivo receberão 50% do 13º salário no mês do respectivo aniversário e a integralização em dezembro.

ANTEPROJETO SOBRE PREVIDÊNCIA

Especialista em Previdência Social, a advogada Vanice Valle apresentou à diretoria da AMAERJ, em 31 de janeiro, o anteprojeto de lei, encomendado pela Associação, que prevê a reabertura do prazo de migração do Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro) para a RJPrev (Fundação de Previdência Complementar do Estado). Os magistrados aprovaram o texto, que será entregue aos chefes dos três Poderes do Estado. O objetivo da AMAERJ é atender aos magistrados que, atualmente, não têm integralidade e paridade.

Desembargadora Regina Lúcia Passos, presidente Felipe Gonçalves e Vanice Valle durante a reunião

Juízes do Estado informaram que o sistema DCP apresenta lentidão desde 2018

LENTIDÃO EM SISTEMA

Representante da AMAERJ no CGTIC (Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação), a juíza Criscia Curty informou o presidente do Comitê, desembargador Nagib Slaibi Filho, em 30 de janeiro, sobre a lentidão no sistema DCP (Distribuição e Controle de Processos). A Associação solicitou providências para a solução do problema, pediu que o TJ-RJ emitisse nota de esclarecimento sobre o assunto e que o tema fosse tratado na próxima reunião do CGTIC.

Presidente da AMAERJ e magistrados aposentados no TJ-RJ

ALMOÇO DOS APOSENTADOS

O então presidente eleito da AMAERJ, Felipe Gonçalves, participou, em 15 de janeiro, do primeiro almoço dos aposentados de 2020, que reuniu 15 magistrados no restaurante Avenida MB, no TJ-RJ. O evento contou com a presença do desembargador aposentado do TJ-GO (Tribunal de Justiça de Goiás) Homero Sabino de Freitas. Em 5 de fevereiro, 22 magistrados estiveram no encontro, que marcou a comemoração dos aniversários dos desembargadores Décio Xavier Gama, Ricardo de Bustamante e Eunice Caldas. A Associação presenteou os aniversariantes com garrafas de vinho.

JURISTUR

Promovido pela AMAERJ, o programa "Juristur – Conhecendo o Judiciário" recebeu 437 visitantes em 2019, 105 participantes a mais do que em 2018. Universitários, alunos do ensino médio e líderes comunitários conheceram as dependências do TJ-RJ e conversaram com juízes. Os participantes passaram por locais históricos no Museu da Justiça, como o Salão dos Passos Perdidos e o Tribunal do Júri. Os estudantes assistiram a julgamentos e sessões. Criado em 1996, o Juristur é coordenado pelo juiz Joel Pereira.

Juiz Joel Pereira fala sobre a estrutura do Judiciário em visita de líderes comunitários ao Juristur

Diretores da AMAERJ e magistrados contemplados no sorteio da Festa

CONFRATERNIZAÇÃO

A Confraternização de Fim de Ano da AMAERJ reuniu 370 magistrados no MAM (Museu de Arte Moderna). Presidentes de associações estaduais, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, juízes estaduais e federais e promotores participaram do encontro. O juiz Rafael Rezende e o desembargador Antonio Siqueira foram contemplados com um café da manhã na Pain Perdu Boulangerie, no Leblon. A juíza Roberta Barrouin recebeu um par de ingressos para o Réveillon Sensa. A festividade teve apresentações da banda RPM, do Batuque Digital, do saxofonista Breno Morais e dos DJs Scarlatelli e Nytrous.

FOTOS: DIEGO CARVALHO, MATHEUS SALOMÃO E THAYNÁ DELGADO

JUIZ DAS GARANTIAS É SUSPENSO APÓS TRABALHO ASSOCIATIVO

Reunião de dirigentes da AMAERJ com Luiz Fux e ações da AMB e da Ajufe levam à suspensão da medida

por **DIEGO CARVALHO** e **EVELYN SOARES**

O ministro Luiz Fux, do STF, recebe o presidente Felipe Gonçalves e o magistrado Ricardo Alberto Pereira

Era Dia de São Sebastião (20 de janeiro), feriado no Rio de Janeiro, quando os então presidentes eleito e interino da AMAERJ, Felipe Gonçalves e Ricardo Alberto Pereira, embarcaram logo pela manhã para Brasília. Horas depois, os magistrados já estavam reunidos com o vice-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, que acabara de assumir o plantão judiciário. O tema do encontro foi a figura do juiz das garantias, criada pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019).

A AMAERJ foi a primeira associação de classe a ser recebida por Fux, relator de quatro pedidos de suspensão da medida, dentre eles o da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Os representantes da entidade fluminense mostraram a preocupação dos magistrados com o juiz das garantias.

O fato de a lei ter sido criada sem um debate aprofundado com os agentes do Sistema de Justiça foi um dos principais argumentos dos magistrados. Para a classe, um trecho do texto afronta a competência dos tribunais ao tratar de sua organização.

"O sistema acusatório sofre uma grande mudança com a introdução de outro sujeito processual. Outro ponto que se destaca é a aparente supressão do poder do juiz de, no curso do processo, tentar reconstruir a verdade histórica dos fatos pressupostos de prolação da decisão justa, de forma supletiva ao ônus probatório das partes", explicou Felipe Gonçalves.

Ricardo Pereira destacou que a implementação da medida trará mudanças profundas nos tribunais. Para ele, "é possível que haja aumento de despesas, o aparelhamento de novas serventias, possivelmente a abertura de concurso para o ingresso de novos juízes por conta da demanda".

FUX SUSPENDE A MEDIDA

Dois dias depois do encontro com os dirigentes da AMAERJ, Fux suspendeu, por tempo indeterminado, a criação do juiz das garantias. Na decisão, o ministro ressaltou que a implementação da novidade é uma questão complexa. Segundo ele, é necessária a reunião de melhores subsídios que indiquem, "acima de qualquer dúvida razoável", os reais impactos para o devido processo legal, a duração razoável do processo e a eficiência da Justiça criminal.

Para Fux, a regra fere a autonomia organizacional do Poder Judiciário, pois altera a divisão e a organização de serviços judiciários de forma substancial e obriga a uma "completa reorganização da Justiça criminal do país, preponderantemente em normas de organização judiciária, sobre as quais o Poder Judiciário tem iniciativa legislativa própria".

O ministro observou ofensa à autonomia financeira do Judiciário. Argumentou que a medida causará impacto relevante nas finanças da Justiça, com a necessidade de reestruturação e redistribuição de recursos humanos e materiais e de adaptação de sistemas tecnológicos, sem que tenha havido estimativa prévia, como exige a Constituição. Fux ainda suspendeu o artigo

> "[O JUIZ DAS GARANTIAS OBRIGA] A UMA COMPLETA REORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL DO PAÍS."
> **LUIZ FUX,** vice-presidente do STF

FOTO: EVELYN SOARES

Na AMAERJ, magistrados, discutem a figura do juiz das garantias

que prevê a liberação do preso pela não realização da audiência de custódia no prazo de 24 horas.

Com a decisão do ministro, que em setembro próximo assumirá a presidência do STF, foi revogada a liminar concedida pelo atual presidente, ministro Dias Toffoli, em 15 de janeiro. A liminar prorrogava por 180 dias o prazo para a implantação do juiz das garantias.

ATUAÇÃO ASSOCIATIVA

A figura do juiz das garantias surgiu após as aprovações do Pacote Anticrime na Câmara Federal, em 4 de dezembro, e no Senado, na semana posterior. As associações de magistrados trabalharam para o veto do dispositivo. Em ofício enviado ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em 13 de dezembro do ano passado, a presidente da AMB, Renata Gil, solicitou o veto presidencial à medida. Em seguida, o ministro se posicionou publicamente contra o juiz das garantias.

Mesmo assim, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei, em 24 de dezembro, e manteve a figura do juiz das garantias. Três dias depois, a AMB e a Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil) ingressaram com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no Supremo contra a medida.

"A lei cria dois juízes, mas quer deixar um mesmo juiz cuidando das coisas. Ele vai cuidar da vara dele mais a vara do outro. Ou você tem uma binariedade de verdade, criando realmente outros juízos, ou você tem apenas uma ficção para atender a esse comando legislativo", destacou Renata Gil.

A suspensão determinada por Fux valerá até que a matéria seja votada pelo plenário do STF.

GRUPO DE TRABALHO

A AMAERJ criou, em janeiro, grupo de trabalho para analisar o tema. "Com a atual formatação da Lei 13.964/19, os tribunais de Justiça encontrarão dificuldades para implantá-la. A entrada da figura do juiz das garantias modificará profundamente a atuação do magistrado. Criamos o grupo de trabalho para analisar, ponto a ponto, o que precisa ser mudado", disse Felipe Gonçalves.

Dirigentes da AMAERJ integram o grupo de trabalho. São eles os magistrados Alexandre Abrahão (diretor de Segurança do Magistrado), Aylton Vasconcellos e Orlando Feitosa (diretores de Acompanhamento das Varas Criminais), Francisco Posada (conselheiro de Estudos e Pesquisa), Juliana Bessa (membro suplente), Juliana Cardoso (diretora de Acompanhamento das Políticas de Atendimento à Mulher e das Varas de Violência Doméstica) e Leopoldo Heitor Mendes Jr. (conselheiro de Estudos e Pesquisas).

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O ministro Luiz Fux convocou para 16 e 30 de março as audiências públicas sobre a figura do juiz das garantias. O objetivo do vice-presidente do STF é conhecer a opinião e receber contribuições técnicas e jurídicas de membros do Poder Público e da sociedade brasileira. As associações de magistrados participarão dos debates. ■

FOTO: EVELYN SOARES

POR
ELTON M. C. LEME
DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

OS DESAFIOS DO CLIMA

A ninguém é permitido dizer que desconhece o aquecimento global e os eventos climáticos resultantes.

Com 7,7 bilhões de habitantes, o planeta vê alterado o seu ambiente. Especialmente no fim do século 19 e no século 20, com a intensificação das modalidades de poluição, a ação antrópica passou a afetar mais o clima. O aumento da atividade industrial, o uso em larga escala de combustíveis fósseis, queimadas e desmatamentos passaram a contribuir para a maior concentração na atmosfera dos gases de efeito estufa, gerando o aquecimento global. Embora houvesse inicialmente dúvidas sobre a causa do problema, que poderia estar relacionado a ciclos naturais do planeta, as reiteradas evidências científicas, baseadas em pesquisas sofisticadas, convergem ao indicar como causa direta a escala, sem precedentes, da atividade poluidora humana.

A crise climática é diretamente relacionada a fenômenos que desencadeiam profundas alterações no ambiente. Os eventos da natureza assumem proporções catastróficas, com prejuízos materiais, perdas de vidas e biodiversidade. Destacam-se chuvas mais intensas, inundações, afogamento de áreas litorâneas pela elevação dos mares, secas severas, ciclones e furações onde não eram antes observados, deslizamentos, calor ou frio fora das médias e épocas próprias, grandes incêndios florestais. As anomalias afetam a produção de alimentos, comprometem a produção energética, reduzem a disponibilidade de água potável, provocam proliferação de doenças e pragas, interferem na mobilidade regional e urbana, intensificam a degradação ambiental, aumentam a erosão, deslocam contingentes humanos, geram perdas até permanentes na capacidade produtiva, interrompem serviços essenciais, elevam gastos públicos e privados.

As respostas no campo jurídico não são novas. Destaco a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que consagrou a ideia de desenvolvimento sustentável. A Rio 92 produziu primorosas convenções sobre a proteção da diversidade biológica, o combate à desertificação e a mudança climática. Mais de 20 anos depois, o malogro dos esforços internacionais e o agravamento da crise climática possibilitou amplo consenso na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, manifestado por meio do Acordo de Paris, ratificado em Nova York em 2016. Essa convergência de vontades expôs ao universo jurídico internacional a realidade climática sob a influência do homem, estabelecendo, dentre outras obrigações, a de adaptação, para reduzir a vulnerabilidade natural e humana frente aos efeitos da mudança do clima. Diante da repercussão no sistema normativo de países como o Brasil, há um dever acessório de adaptação conformador da vida em sociedade, do Estado ao indivíduo, como corolário da boa-fé objetiva ambiental.

Antes mesmo do Acordo de Paris, o Brasil editou a Lei 12.187 (dezembro/2009), que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Nela reconheceu que todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para reduzir os impactos das interferências antrópicas sobre o clima. Definiu ainda que, na busca do objetivo, deve-se considerar todos os contextos socioeconômicos, bem como a distribuição dos ônus e encargos entre setor econômico, populações e comunidades, mediante mecanismos de identificação de vulnerabilidades voltados à adoção de medidas de adaptação. A lei reforçou no Brasil a responsabilidade de todos (Poder Público e sociedade) diante do fenômeno climático (dever de mitigação) e de suas consequências (dever de adaptação).

Com a ampla gama de informações científicas popularizadas pelos meios de comunicação, a ninguém é permitido dizer que desconhece o aquecimento global e os eventos climáticos resultantes, especialmente em zonas geográficas em que forças extremas da natureza atuam mais proximamente. Os eventos, plenamente previsíveis, não mais podem surpreender. ■

FOTO: MATHEUS SALOMÃO

Fachada da Escola de Direito da Universidade Fordham

Magistrados conhecem o Sistema Jurídico norte-americano

O curso levou a Nova York 65 magistrados, representantes do Ministério Público, advogados, professores e estudantes brasileiros

por
SERGIO TORRES

Magistrados do Estado do Rio matriculados no programa

De 24 a 26 de fevereiro realizou-se em Nova York o curso sobre o Sistema Jurídico dos Estados Unidos dirigido a juízes, promotores, advogados e universitários brasileiros, reunidos pela Escola de Direito da Universidade Fordham (Fordham Law School).

O Programa sobre o Sistema Jurídico dos Estados Unidos (nome oficial do curso, em tradução livre) reuniu 65 profissionais do Sistema de Justiça do Brasil. Do TJ-RJ, participaram os juízes Altino José Xavier Beirão, Ana Paula Azevedo Gomes, André Côrtes Vieira Lopes, Ariadne Villela Lopes, Caroline Rossy Brandão Fonseca, Eric Scapim Cunha Brandão, Fábio Costa Soares, Francisco Emílio de Carvalho Posada e Guilherme Rodrigues de Andrade. Costa Soares e Carvalho Posada são conselheiros da AMAERJ.

A coordenação geral e acadêmica do seminário foi da especialista Toni Jaeger-Fine, reitora assistente da área Internacional da Escola de Direito da Fordham, e da pesquisadora visitante Fabíola Utzig Haselof, juíza do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). No Brasil, o desembargador federal Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, do TRF2 e professor titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), desempenhou a tarefa de organizador acadêmico.

> "O CURSO PROPICIOU O CONTATO DOS PARTICIPANTES COM A ESTRUTURA DO ESTADO NORTE-AMERICANO."
>
> **FÁBIO COSTA SOARES,** juiz do TJ-RJ

A promoção da Universidade Fordham teve apoio da AMAERJ, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) e do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA).

Mestre e doutorando em Direito Processual Civil, o juiz Fábio Costa Soares conta que, em continuidade à etapa americana do curso, haverá no Brasil estudos similares desenvolvidos pelos programas de mestrado e doutorado da Uerj e da Universidade Estácio de Sá (Unesa).

"O curso propiciou o contato dos participantes com a estrutura do Estado norte-americano, a partir de estudos sobre artigos e emendas da Constituição do país, da organização, separação e relação entre os Poderes no âmbito nacional e locais, considerando as características daquele federalismo e as circunstâncias históricas que impulsionaram a sua criação", relata Costa Soares.

Ainda de acordo com o magistrado, "foram estudados aspectos da estrutura do sistema judicial norte-americano e das fontes do Direito naquele País, onde os precedentes judiciais ocupam papel de destaque com base na doutrina do *stare decisis*, tema de grande relevância também no sistema jurídico brasileiro".

"Aspectos do Direito Penal e Processual Penal no sistema norte-americano também foram estudados, permitindo aos participantes conhecer a forma como as questões relativas à investigação, processo e julgamento de crimes, produção de provas e medidas acauteladoras são tratadas nos Estados Unidos", acrescentou.

Por fim, o magistrado destaca o fato de o curso ter permitido "a interação dos participantes com os professores, ampliando o exame dos temas e possibilitando a aquisição de conhecimentos que serão muito úteis para o enfrentamento de diversas questões que são vivenciadas em ambos os países (...), na busca por soluções mais adequadas e compatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro". ■

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Visitas institucionais

Em encontros com líderes antes da posse, Felipe Gonçalves debate assuntos da magistratura com dirigentes do Executivo, do Legislativo e do Sistema de Justiça

por
DIEGO CARVALHO e EVELYN SOARES

Pouco antes de iniciar o mandato como presidente da AMAERJ, o juiz Felipe Gonçalves empreendeu visitas institucionais a representantes dos Poderes Legislativo e Executivo e do Sistema de Justiça. O intuito dos encontros foi dar continuidade ao intenso trabalho associativo desenvolvido pela AMAERJ nos últimos anos e defender os pleitos da magistratura fluminense.

A questão previdenciária foi um dos temas do encontro com o governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. O presidente eleito e o juiz Octávio Chagas (atual diretor de Acompanhamento Legislativo e Questões Remuneratórias da Associação) foram recebidos em 23 de janeiro no Palácio Guanabara (Laranjeiras, Zona Sul do Rio), sede administrativa do governo estadual.

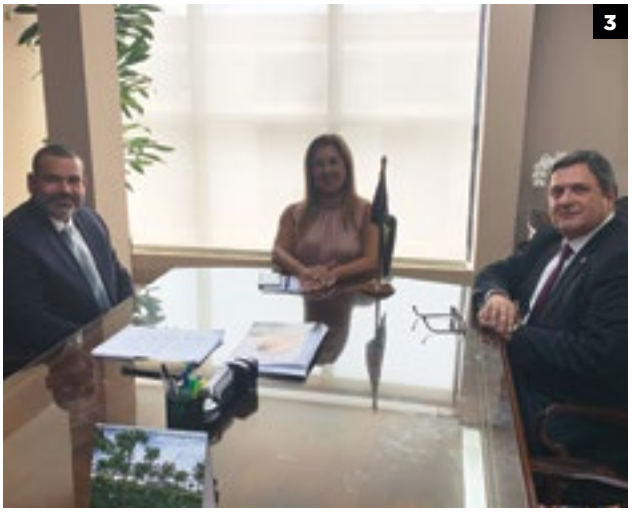
Os magistrados falaram sobre o anteprojeto de lei da AMAERJ que prevê a reabertura do prazo de migração do Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro) para a RJPrev (Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro). A migração atenderia ao funcionalismo público, impactado pela mais nova mudança na legislação previdenciária. Desde a promulgação da Constituição de 1988, a Previdência Social sofreu seis alterações.

Encomendado ao escritório Pimentel–Vega–Smilgin–Souza Advogados, o anteprojeto foi produzido pela especialista Vanice Valle, professora de Direito.

"Muitos magistrados têm manifestado preocupação por conta da volatilidade do nosso sistema previdenciário. Muitos juízes que ingressaram no tribunal após as emendas não têm hoje integralidade e paridade. Eles se mostram preocupados com as eventuais alterações vindouras. Uma postulação desses juízes é a possibilidade de migrarem do sistema do Rioprevidência para o sistema da RJPrev", afirmou Felipe Gonçalves.

2

1. Governador do Rio, Wilson Witzel, ladeado pelos juízes Felipe Gonçalves e Octávio Chagas
2. Presidente eleito se encontrou com Eduardo Gussem
3. Presidentes Felipe Gonçalves, Renata Gil e Ricardo Alberto Pereira



Na reunião, Witzel disse que a migração pode ser favorável aos servidores públicos estaduais sem integralidade e paridade. A AMAERJ apresentará o anteprojeto de lei para que os chefes dos três Poderes fluminenses assinem a proposta.

O tema havia sido tratado dois dias antes com presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado André Ceciliano (PT). Na visita, Gonçalves foi acompanhado do então presidente em exercício da AMAERJ, juiz Ricardo Alberto Pereira. Eles também conversaram sobre a figura do juiz das garantias e seus impactos na organização do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

Naquele 21 de janeiro, o presidente eleito esteve com Eduardo Gussem, procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Gussem e Gonçalves trataram de temas comuns ao Judiciário e ao Ministério Público. "São instituições coirmãs, que podem encontrar soluções de forma conjunta", disse Gonçalves.

Gussem reforçou: "Essa relação interinstitucional é extremamente relevante, uma vez que as nossas atuações têm interlocução muito grande".

O principal assunto tratado foi o Pacote Anticrime e seus impactos no cotidiano forense, "como as questões de adaptação à nossa realidade, pois o prazo de vigência era curto e foi ampliado pelo presidente do STF [Supremo Tribunal Federal], ministro Dias Toffoli", explicou o então presidente eleito da AMAERJ.

No feriado de São Sebastião (20 de janeiro), Felipe Gonçalves e Ricardo Alberto Pereira se encontraram com a presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e ex-presidente da AMAERJ, Renata Gil. A reunião girou em torno do tema em voga naquele momento: a criação do juiz das garantias.

Após o encontro, os presidentes eleito e em exercício se encontraram com o vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, para tratar, também, do juiz das garantias (saiba mais na reportagem "Juiz das garantias é suspenso após trabalho associativo" , nas páginas 18, 19 e 20). ■

FOTOS: DIEGO CARVALHO/EVELYN SOARES

"Nossa missão é garantir a lisura do processo eleitoral"

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão diz que segurança dos magistrados também é prioridade

por
EVELYN SOARES e SERGIO TORRES

Magistrado desde 1992, o desembargador Cláudio Brandão de Oliveira assumiu a presidência do TRE-RJ em dezembro. Nesta entrevista à FÓRUM, ele fala sobre a organização das próximas eleições municipais. A segurança de magistrados e servidores durante o processo eleitoral é questão prioritária, informa o presidente, que explica o que vem sendo feito contra a influência ilegal das milícias, das fake news e de lideranças religiosas inescrupulosas sobre o voto do eleitor.

"Que as pessoas votem de forma segura, livres de qualquer tipo de interferências, as mais diversas: econômica, da força bruta, do uso indevido da religião. Que a disputa seja justa. Que o candidato honesto perceba que compensa disputar as eleições dessa forma. E que o candidato desonesto perceba que não vale a pena", disse o entrevistado, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

FOTOS: EVELYN SOARES

O presidente do TRE-RJ posa em seu gabinete

FÓRUM: Quais os seus planos prioritários à frente do TRE?

CLÁUDIO BRANDÃO: Tradicionalmente as eleições municipais são as mais complicadas. Na eleição municipal, cada zona eleitoral tem sua competência primária. No Estado do Rio, o tribunal tem que organizar as eleições em 92 municípios. Na eleição anterior, foram aproximadamente 22 mil candidatos. Estimamos que se repita essa quantidade este ano. Temos que cuidar do registro de 22 mil candidatos e mobilizar 135 mil pessoas em 4.000 locais de votação com mais de 12 milhões de eleitores. Costumo dizer que somos um órgão público com 1.500 servidores, talvez um pouco menos, com 12 milhões de usuários. É uma desproporção muito grande. Os usuários nos demandam no mesmo dia, o da eleição. E só há um jeito de melhorar a situação: planejar, organizar.

Estamos tendo uma preocupação muito grande em voltar um pouco, ver o que deu certo, o que deu errado nas últimas eleições municipais. Já estamos designando as zonas eleitorais que vão cuidar de propaganda eleitoral, registro de candidatura, prestação de contas. O foco é esse: tentar organizar tudo para os problemas previsíveis. Se conseguirmos nos organizar para o que for previsível, teremos mais tempo para o que não for.

Já estamos dialogando com a AMAERJ, o que é muito importante. Nossa preocupação é dar condição de trabalho boa para os juízes eleitorais e cuidar da segurança deles no processo próximo das eleições. Aqui conversamos muito sobre três focos: cuidar dos usuários dos serviços nossos, dos servidores e dos juízes. Uma das questões que hoje me preocupam –talvez não fosse uma preocupação há 20, 30 anos, mas agora é–, é a questão da segurança dos magistrados e dos servidores que vão trabalhar no dia das eleições. O passo inicial é esse. Tentar organizar.

FÓRUM: Como estão os preparativos do TRE em relação às fake news?

BRANDÃO: Uma forma de combater a desinformação é com informação. Tentar disponibilizar com rapidez a resposta à desinformação. Temos que tentar identificar aqueles que divulgam informações erradas, conscientizar os eleitores, que eles chequem a veracidade dessas informações, e punir aqueles que usam a desinformação para obter uma vantagem indevida na disputa. Tenho falado muito isso: a desonestidade não pode compensar. Hoje a propaganda tem sido feita basicamente pelo WhatsApp, facebook, essas coisas. Não é mais galhardete, cartaz na rua. É um novo ambiente. Ambiente em que a informação circula por esses meios.

O tribunal já tem um grupo tentando se organizar para dar as respostas possíveis diante dessa realidade. A última eleição foi bem emblemática, com esse tipo de informação circulando, muita coisa equivocada. Ela nos ensinou muitas coisas. Não só para nós. Para todos: políticos, eleitores. Há uma nova realidade em termos de fiscalização. Existem novas formas de abuso, que têm que ser reprimidas no campo econômico, religioso, de uso da informação. Nossa missão é garantir a lisura do processo eleitoral.

FÓRUM: O sr. citou o campo religioso. Como o TRE combaterá a influência religiosa sobre o eleitor?

BRANDÃO: Tenho deixado bem claro: todas as religiões potencialmente podem ser indevidamente utilizadas no processo eleitoral. Não é uma religião – e a questão não é nem a religião. São alguns líderes religiosos que, de forma indevida, podem fazer isso. Tenho sempre esse cuidado de deixar claro que a questão religiosa, mal utilizada, pode impactar, mas que isso não é direcionado a uma religião específica. Acho que todas as religiões podem, um líder religioso pode, de alguma forma, interferir na lisura do processo. Tivemos caso no TRE de cassação, recente, de diploma de um suplente de deputado estadual por abuso nos meios de comunicação com viés religioso. Foi uma decisão muito importante porque o TRE sinalizou que não vai tolerar esse tipo de abuso. É um abuso. Não há nada contra religiosos ou religiões, mas, em abuso de qualquer tipo, a gente vai interferir.

FÓRUM: E em relação às milícias?

BRANDÃO: Não é papel do TRE exercer função de segurança pública. Combate à milícia é atribuição

> “Uma forma de combater a desinformação é com informação.”

Cláudio Brandão assumiu o Tribunal em dezembro

da polícia. Mas de alguma forma a milícia, como o tráfico, pode tentar interferir no processo eleitoral. A gente tem informações sobre isso. Se acontecer, vamos atuar. E o TRE pode contar com o auxílio de forças policiais. Por força de decisão do STF no ano passado, se algum crime que em tese não seria da nossa competência for praticado dentro do processo eleitoral o TRE pode ser competente para julgamento. Então, especializamos duas zonas eleitorais na parte criminal, estamos capacitando servidores especificamente para atender esta demanda. O TRE está apto a dar resposta efetiva a essa nova competência criminal que recebemos.

A milícia é uma preocupação, a gente está se organizando para monitorar. Certamente, se não conseguirmos impedir esse tipo de influência, vamos tentar evitar que candidatos eleitos com ajuda da milícia tomem posse e exerçam o mandato. Talvez não compense para a milícia essa interferência no processo eleitoral. Muito certamente vão ter problema em razão disso. Talvez alguns até pensem de forma inteligente e resolvam não mexer com eleições. Pois estarão atraindo mais uma fiscalização, mais um tipo de controle. Quem comete o ilícito já está tentando fugir das forças de segurança. Se tentarem interferir no processo eleitoral, será mais um órgão em busca de dados que podem levar à responsabilização deles.

FÓRUM: O sr. falou em garantir a segurança dos magistrados e servidores durante o processo eleitoral. O que está sendo feito?

BRANDÃO: Na eleição municipal o juiz está muito perto dos candidatos. A gente precisa dar suporte aos juízes para que tenham segurança principalmente no dia das eleições e nos dias anteriores. Alguns poderão estar em alguma situação mais de risco, por particularidade dos locais. Aí envolve não só milícia, envolve tráfico. Queremos conversar com os juízes para verificar a necessidade deles quanto à segurança. Servidores também. Nos locais de votação que são um pouco mais perigosos precisamos reforçar o policiamento ou, se

Presidente avisa que a Justiça Eleitoral está "de olho"

for o caso, tentar transferir. Vamos mapear isso tudo. São muitos locais.

FÓRUM: O caixa 2, tradicional nas eleições brasileiras, será afetado pelo fim do financiamento privado das campanhas?

BRANDÃO: Há um modelo público de financiamento que certamente não vai inibir o caixa 2. Mas o uso da tecnologia tem barateado o custo das eleições. Este é um fenômeno. Os gastos mais expressivos vinham, antigamente, do material de campanha. Hoje, de certa forma, ficou mais barato. Não sei até que ponto o caixa 2, que era um grande problema, vai ter a mesma magnitude nas eleições municipais. É uma coisa que a gente vai ter que observar, aprender, constatar fazendo. É lógico que vai ter muita gente captando dinheiro. Estamos de olho. Em tese, hoje não existem candidatos. Não há registro. Mas já pode estar havendo captação de recursos para o que chamam de pré-campanha. Não pode ser assim. Isso já sinaliza abuso de poder econômico. Talvez já neste momento, que antecede em muito a formalização do processo eleitoral, existam abusos. Estamos acompanhando. Já foram designados os juízes da fiscalização. Se vai ter campanha em agosto, setembro, por que designar? Para que em cada comarca haja um juiz responsável. Para que ele tenha a oportunidade de monitorar e tomar providências. Ele tem poder de polícia em relação à tentativa de antecipação de campanhas eleitorais. Repito: isso pode caracterizar abuso de poder econômico, com sanções.

FÓRUM: Quais os grandes desafios desta eleição?

BRANDÃO: O primeiro é prestar um bom serviço. Todo mundo aqui é servidor público. Temos a obrigação de atender de forma satisfatória o usuário. No tribunal, 98% dos cargos em comissão foram preenchidos por servidores ocupantes de cargos efetivos. Ou seja, estamos apostando na força de trabalho de quem conhece. É um tribunal pequeno, muito especializado. São as pessoas que têm o conhecimento do processo eleitoral. O foco é esse, que as pessoas votem de forma segura, livres de qualquer tipo de interferências, as mais diversas: econômica, da força bruta, do uso indevido da religião. Que a disputa seja justa. Que o candidato honesto perceba que compensa disputar as eleições dessa forma. E que o candidato desonesto perceba que não vale a pena. ■

> “Que as pessoas votem de forma segura, livres de qualquer tipo de interferência.”

CARIOCANDO

CULTURA + TURISMO + ESPORTE + LITERATURA

TURISMO p.34

A Bélgica e seus canais seculares

Cais de onde zarpam os barcos turísticos em Ghent

CULTURA p.32

Supresas nos cem anos de João Cabral de Melo Neto

ESPORTE p.36

Jogos Nacionais da Magistratura serão disputados em maio

ESTANTE p.38

O Sistema de Justiça e as novidades literárias

FOTO: SERGIO TORRES

INÉDITOS DE JOÃO CABRAL NO CENTENÁRIO

Mercado editorial prepara lançamentos para saudar os cem anos do 'Poeta da Pedra'

por **SERGIO TORRES**

Poeta dos mais surpreendentes e talentosos da língua portuguesa em todos os tempos, o pernambucano João Cabral de Melo Neto, vivo fosse, teria completado cem anos de idade em 9 de janeiro passado. Para comemorar o centenário, pesquisadores da obra do escritor preparam importantes lançamentos editoriais neste 2020.

Está previsto para junho a publicação de um volume com as poesias completas de João Cabral, que morreu em 1999 no Rio de Janeiro, cidade onde vivia desde que aposentou-se da carreira diplomática.

Após anos de estudos e pesquisas, o especialista Antonio Carlos Secchin, também poeta, levantou versos inéditos de João Cabral, que serão acrescentados às obras completas em poesia que a editora Companhia das Letras, pelo selo Alfaguara, planeja publicar neste semestre.

Há quatro décadas Secchin dedica-se à análise aprofundada da obra do poeta, nascido no Recife em 9 de janeiro de 1920. Em recente entrevista ao jornal "Correio Braziliense", o pesquisador fala que João Cabral esmerou-se, ao longo de sua carreira nas letras, tanto na forma quanto no conteúdo, o que o diferencia dos colegas de geração e ofício.

"Ele enfatiza o conhecimento técnico contra uma tradição do improviso ou da inspiração. Esse lado da forma é que sustenta a permanência do escritor. (...) Gostaria de ressaltar o tratamento diferenciado que [João Cabral] dá à temática social. Desde Castro Alves se fala do social, mas nunca como na poesia de João Cabral.

JOÃO CABRAL DE MELO NETO

PERFIL

Nascimento
9 de janeiro de 1920, em Recife (PE)

Morte
9 de outubro de 1990, no Rio de Janeiro (RJ)

Profissão
diplomata e poeta

Principais premiações:

Prêmio Jabuti
(Brasil)
1967
"Educação pela Pedra"
1993
"Poemas Sevilhanos"

Prêmio Camões
(Brasil/Portugal)
1990

Prêmio Literário Internacional Neustadt
(EUA)
1992

Prêmio Rainha Sofia de Poesia Ibero-americana
(Espanha)
1994

Principais obras:

"Pedra do Sono"
1942

"O Cão sem Plumas"
1950

"Joan Miró" (ensaio)
1950

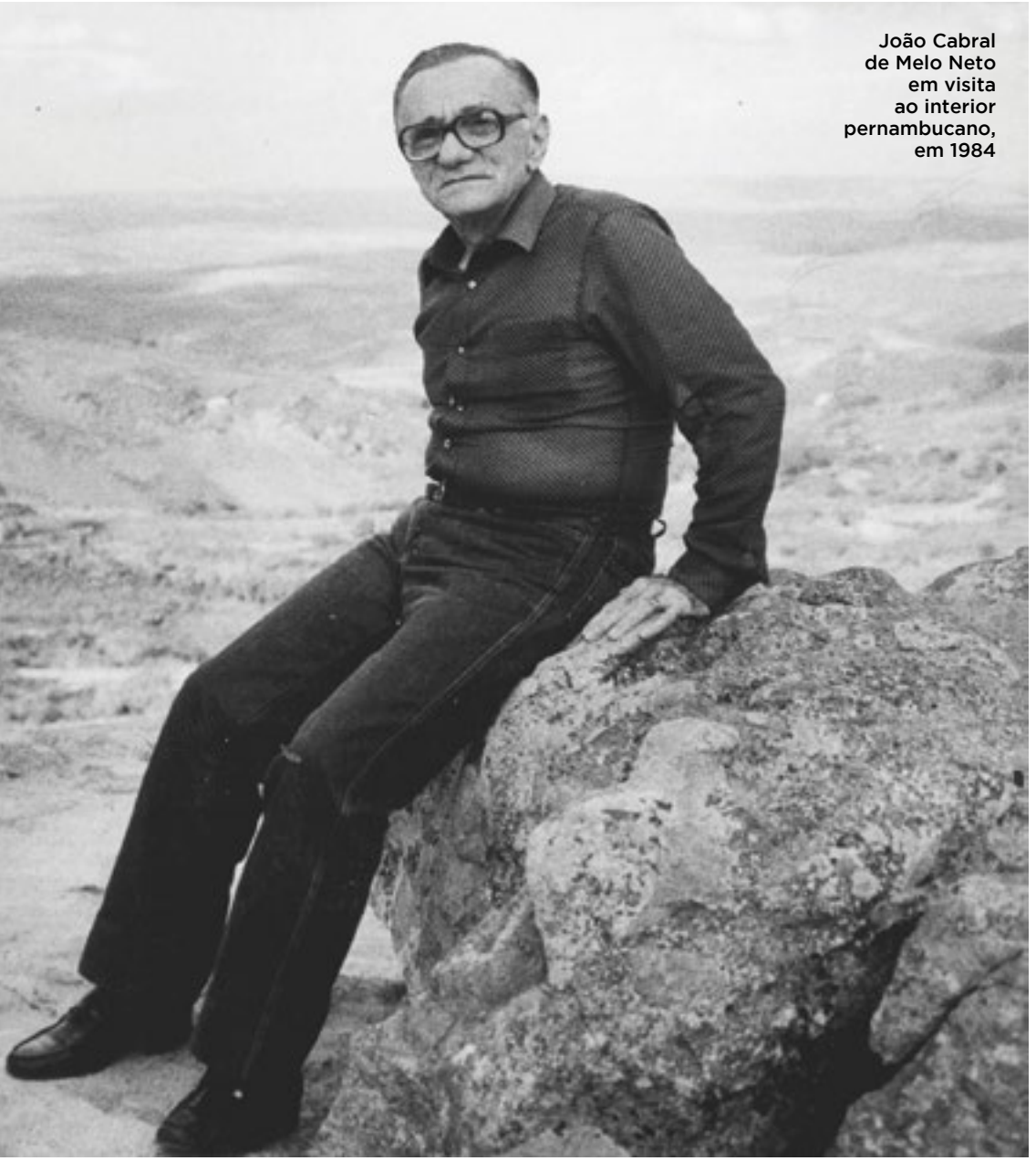
"Morte e Vida Severina"
1955

"Uma Faca Só Lâmina"
1955

"A Educação pela Pedra"
1966

"Auto do Frade"
1984

"Sevilha Andando"
1990



João Cabral de Melo Neto em visita ao interior pernambucano, em 1984

Reprodução de capas de alguns dos principais títulos do poeta e ensaísta

Não é uma poesia paternalista, dona da verdade, que assuma o bem contra o mal, tentação da poesia engajada. A realidade é tão escandalosa que o simples fato de ser retratada é uma denúncia", afirmou Secchin, que organiza e coordena o volume completo das poesias, com cerca de 40 modificações feitas a partir de anotações deixadas pelo poeta em um caderno, localizado pelo pesquisador.

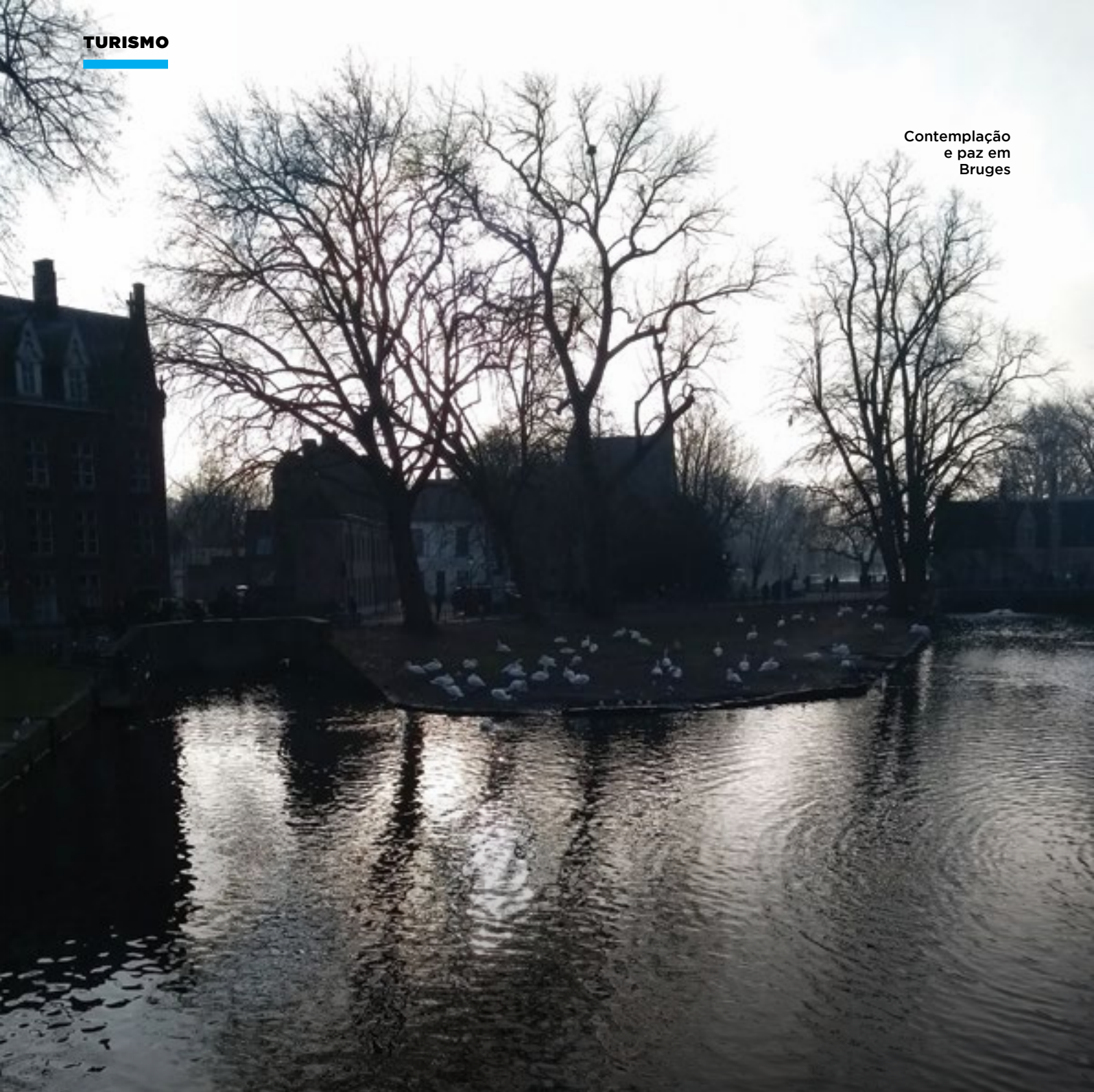
João Cabral de Melo Neto também ganhará este ano um volume de prosa com entrevistas, pronunciamentos, discursos e textos variados. O levantamento é resultado da pesquisa de dez anos desenvolvida pelo professor Sérgio Martagão.

Há ainda a tese de doutorado da pesquisadora Ednéia Ribeiro, que descobriu 40 poemas inéditos e textos em prosa jamais publicados.

"Entre essas descobertas, a grande surpresa fica por conta do inédito 'A poesia brasileira'. Primeiro, porque é um texto mais longo e complexo, à altura dos já conhecidos 'Poesia e composição' e 'Da função moderna da poesia'. Depois, porque faz reflexões importantes sobre a situação da literatura produzida no Brasil em meados dos anos 1950, fazendo distinção entre poetas profissionais e poetas circunstanciais e bissextos", contou Ednéia ao jornal diário de Brasília.

João Cabral foi empossado na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1969. A marca de sua incrível produção literária é o rigor estético. Sua obra é avessa a sentimentos. O uso de palavras-objetos, como pedra, faca, lâmina, é constante. Aqueles vocábulos que os poetas mais tradicionais costumam empregar em seus versos, como amor, paixão e similares, passam bem longe do texto cabralino. ■

FOTOS: ACERVO FAMILIAR/REPRODUÇÃO



Contemplação e paz em Bruges

BRUGES E GHENT, OS CANAIS DA BÉLGICA

CIDADES MEDIEVAIS ENCANTAM OS VISITANTES

por **SERGIO TORRES**

As regiões cortadas por canais no interior da Bélgica são destinos turísticos preciosos. Especialmente Bruges e Ghent, espetaculares cidades que preservam a arquitetura medieval e encantam os turistas que lotam suas ruas na alta temporada e em períodos festivos, como o Natal e o Ano Novo.

Bruges é a capital da província de Flandres Ocidental, no noroeste belga. Conhecê-la é uma experiência única, tal a beleza da cidade, habitada por cerca de 117 mil pessoas.

Para qualquer lado que se olhe em Bruges avista-se algo fascinante: um canal navegável, uma árvore florida ao lado de uma construção centenária, uma igreja quase milenar.

1. O Centro Histórico de Ghent reúne maravilhas arquitetônicas
2. Canal passa sob edificação em Bruges

A 100 km da capital Bruxelas, distância percorrida em pouco mais de uma hora de trem, Bruges é um local em que o turista, para aproveitar bem o passeio, precisa passar três dias. É o tempo ideal para conhecer as atrações com calma, passear pelos canais sem a menor pressa em embarcações confortáveis e, ainda, fazer uma bate-e-volta a Ghent, a 50 km de distância.

A portuária e industrial Ghent tem mais do que o dobro da população de Bruges (cerca de 250 mil habitantes), mas a qualidade de vida, as belezas arquitetônicas e os canais não são afetados por essa, para os padrões belgas, alta densidade demográfica.

Muito pelo contrário. Em Ghent, o turista se sente acolhido. O Centro Histórico parece ter sido criado no ano passado, tal a qualidade da preservação das edificações, algumas com mais de 300 anos. Os barcos que cortam os inúmeros canais zarpam das duas margens do rio Lis, o principal da cidade, no Centro mesmo. O passeio dura cerca de 45 minutos. Vale muito a pena.

O Castelo dos Condes, a Catedral de São Bavo e a torre Belfort são atrações importantes, que devem constar em qualquer lista de prioridades turísticas em Ghent.

Embora menor, Bruges é até mais procurada do que Ghent. Seu charme é irresistível. Por todo lado, canais surgem de repente e desaparecem logo depois.

Os passeios de barco são indispensáveis para quem visita a cidade. Os guias, que geralmente são os pilotos, sabem entreter o turista com informações relevantes e muita diversão.

O Centro Histórico de Bruges é Patrimônio da Humanidade reconhecido pela Unesco, por ter mantido as características arquitetônicas da Idade Média. Ao visitar a praça do Mercado (Markt, na grafia original) o turista se vê cercado de construções coloridas, igrejas, campanários.

O Markt está no grupo seleto das lindas praças europeias, da qual fazem parte, entre outras, a Grand Place (Bruxelas), a Plaza Mayor (Madri), a Place de Vosges (Paris), a Praça de São Marcos (Veneza) e a Praça Vermelha (Moscou).

Aliás, por causa dos canais, a semelhança com Veneza costuma ser citada como um dos trunfos da região formada por Bruges e Ghent.Mas as similaridades terminam aí. Veneza é de um jeito; Flandres, de outro. E é ótimo que seja assim. Todas são lindas, mas cada uma com suas particularidades e interesses. A região dos canais belgas merece ser visitada e apreciada pelos viajantes. ■

FOTOS: SERGIO TORRES

MOMENTO DE UNIÃO EM UMA PROFISSÃO SOLITÁRIA

EM MAIO, OS JOGOS NACIONAIS DA MAGISTRATURA REUNIRÃO 700 COMPETIDORES EM ARACAJU

por **MATHEUS SALOMÃO**

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase) promoverão este ano a nona edição dos Jogos Nacionais da Magistratura. A competição, com participação de cerca de 700 magistrados de todo o Brasil, acontecerá de 13 a 16 de maio em Aracaju, capital de Sergipe.

Os Jogos acontecerão no Parque Desportivo da Universidade de Tiradentes (Unit). Serão disputadas 12 modalidades esportivas: voleibol, futsal, basquete, voleibol de areia, beach tennis, natação, atletismo, xadrez, tênis de mesa, sinuca, tiro esportivo e pebolim (o tradicional totó).

Poderão participar das disputas magistrados e dependentes. O objetivo da competição é incentivar a prática do esporte, celebrar o espírito de união e preservar a saúde física e mental dos esportistas.

Para o diretor de Desportos da AMAERJ, juiz Ricardo Starling, o fator mais importante dos Jogos Nacionais da Magistratura é a integração que o esporte promove entre colegas da carreira e seus familiares.

"Os jogos são uma oportunidade de praticar o esporte favorito e competir com colegas de um nível de treino parecido", afirmou ele.

"A magistratura é uma carreira muito solitária. Na maioria das vezes nos encontramos apenas em eventos de trabalho. Os jogos são uma oportunidade de reunião em um ambiente mais descontraído. Além de trabalhar questões como a saúde e a diversão, esse é um momento de confraternização, no qual os magistrados e seus familiares podem criar vínculos. Quando participam do mesmo tipo de atividades, as pessoas descobrem interesses comuns que facilitam o dialogo e desenvolvem novas amizades", concluiu o magistrado.

> "ALÉM DE TRABALHAR QUESTÕES COMO A SAÚDE E A EDUCAÇÃO, ESSE É UM MOMENTO DE CONFRATERNIZAÇÃO",
>
> **JUIZ RICARDO STARLING,** diretor de Desportos da AMAERJ

As inscrições estão

Para Ricardo Starling, os Jogos propiciam o encontro de colegas em "ambiente mais descontraído"

JOGOS EM ARACAJU

Saiba mais sobre o evento neste link *https://bit.ly/2PYqC5x* ou

IX JOGOS NACIONAIS DA MAGISTRATURA
ARACAJU / SERGIPE 2020
13 A 16 DE MAIO

1. Disputa de beach tennis nos Jogos de 2019; **2.** Magistrados se enfrentam no basquete; **3.** Exercício antes da competição; **4.** O atletismo é um dos esportes preferidos; **5.** Partida de vôlei nos Jogos de Brasília (2019); **6.** Símbolo dos Jogos de Aracaju

abertas no site dos Jogos Nacionais da Magistratura. A página reúne informações sobre o regulamento, modalidades, programação, hospedagem e transporte.

AMAERJ NOS JOGOS

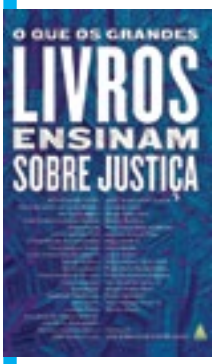
Historicamente a AMAERJ costuma se destacar na mais importante competição da magistratura brasileira. Nas duas últimas edições dos Jogos Nacionais da Magistratura _Fortaleza (CE), em 2017, e João Pessoa (PB), em 2015_, a associação fluminense conquistou 53 medalhas, com destaque para a natação, modalidade na qual os atletas da AMAERJ ganharam 37 medalhas de ouro, prata e bronze. ■

FOTOS: AMB/DIVULGAÇÃO E MATHEUS SALOMÃO

CONHEÇA MAIS CINCO NOVIDADES EDITORIAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

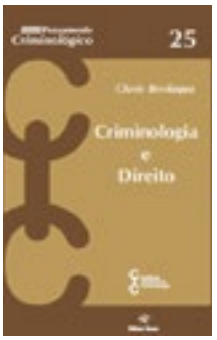
TEMAS ABORDAM CRIMINOLOGIA, CONCURSOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

por **MATHEUS SALOMÃO**



O QUE OS GRANDES LIVROS ENSINAM SOBRE JUSTIÇA

Organizado pelo advogado **José Roberto de Castro Neves**, o livro aborda a seguinte questão: como um advogado lê os clássicos da literatura jurídica? A obra apresenta reflexões de grandes profissionais do campo jurídico brasileiro, que comentam títulos importantes da tradição literária e filosófica. **Editora:** Nova Fronteira



CRIMINOLOGIA E DIREITO

Publicado em 1896 pelo jurista **Clovis Bevilaqua**, este é o primeiro livro sobre criminologia escrito na América Latina. A edição é organizada pelo professor universitário, advogado criminalista e ex-governador Nilo Batista. Na obra, o autor apresenta uma ampla reflexão sobre aspectos do Direito até então inovadores, como a adoção de medidas de proteção ao trabalhador _licença remunerada por doença e regulamentação do trabalho infanto-juvenil, entre outras. **Editora:** Revan

LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM TEMPOS DE CÓLERA

O livro é resultado da tese de doutorado do diretor-geral da EMERJ, desembargador **André Gustavo Corrêa de Andrade**. A partir de fundamentos filosóficos e exemplos históricos, o autor relaciona a liberdade de expressão e de imprensa a direitos fundamentais, como a honra, a imagem e a vida privada. A apresentação da obra é do jurista Gustavo Binenbojm. **Editora:** GZ Editora

ÉTICA E COMPORTAMENTO DAS PARTES NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

A obra do juiz do TJ-RJ **Antonio Aurélio Abi Ramia Duarte**, 2º vice-presidente da AMAERJ, comenta a experiência brasileira no acesso à Justiça, o panorama da efetividade e do processo no Brasil e na Espanha, além de linhas de atuação para obter maior eficácia no processo colaborativo e reflexões à luz do sistema espanhol. **Editora:** Juspodivm

PREPARANDO PARA CONCURSOS:

Questões discursivas comentadas - magistratura estadual TJ-RJ

O livro coordenado pelo juiz do TJ-RJ **Anderson de Paiva Gabriel** integra a Coleção Preparando para Concursos. A obra é composta por 81 questões discursivas extraídas de concursos para o cargo de juiz estadual do Rio de Janeiro, separadas por ramo do Direito e assunto. Os enunciados são comentados por nove magistrados. **Editora:** Juspodivm

FOTOS: DIVULGAÇÃO